

**A GEOGRAFIA DAS MULHERES
NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS
PERIFÉRICAS: GÊNERO E POLÍTICA
NO ESPAÇO FAMILIAR.**

*THE GEOGRAPHY OF WOMEN IN
PERIPHERIC BRAZILIAN FAMILIES:
GENDER AND POLITICS IN THE FAMILY
SPACE.*

*LA GEOGRAFÍA DE LA MUJER EN
FAMILIAS BRASILEÑAS PERIFERICAS:
GÊNERO Y POLÍTICA EN EL ESPACIO
FAMILIAR.*

ISIS DO MAR MARQUES MARTINS

Em estágio pós-doutoral em Geografia
pela Universidade Federal do Espírito
Santo (UFES).
e-mail: isisdomar@gmail.com

KAMILLY ANTUNES DE ASSIS

Mestranda em Geografia pela
Universidade Federal do Espírito Santo
(UFES)
e-mail: kamillyantuness@gmail.com

Resumo:

Ainda recente no Brasil, a perspectiva da geografia da família analisa a pluralidade das relações sociais no espaço familiar, na dimensão cultural, nas esferas de poder, entre outros. A ótica das relações de gênero é crucial para entendermos as trajetórias e as estratégias das famílias e, se visarmos à vulnerabilidade e pobreza, encontraremos muitas outras categorias de análise. Este artigo propõe entender a gama de relações entre a chefia feminina e as suas características nas periferias urbanas do Brasil, a partir de trabalho de campo na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV/ES). Trata-se, pois, este tema, de um necessário esforço tanto para analisar quanto para fortalecer os estudos sobre a geografia da família, o que é pertinente se considerarmos as riquezas de abordagens e compreensões possíveis no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Geografia da Família; Família; Mulher; Chefia feminina.

Abstract:

Still recent in Brazil, the perspective of the geography of the family analyzes the plurality of social relations in the family space, in the cultural dimension, in the spheres of power, among others. The optic of gender relationship is crucial to understand the trajectories and strategies of families. And if we look at vulnerability and poverty, we will find many other categories of analysis. This article proposes to understand the range of relations between female headship and its characteristics in the urban peripheries on Brazil, based on fieldwork in the Metropolitan Region of Grande Vitória (ES). This theme is, therefore, a necessary effort both to analyze and to strengthen the studies on the geography of the family, which is pertinent if we consider the wealth of approaches and understandings possible in contemporary Brazil.

Keywords: Geography of the Family; Family; Women; Female Headship.

Resumen:

Todavía reciente en Brasil, la perspectiva de la geografía familiar analiza la pluralidad de las relaciones sociales en el espacio familiar, en la dimensión cultural, en las esferas de poder, entre otros. La perspectiva de las relaciones de género es crucial para entender las trayectorias y estrategias de las familias, y si nos fijamos en la vulnerabilidad y la pobreza, encontraremos muchas otras categorías de análisis. Este artículo se propone comprender la gama de relaciones entre el liderazgo femenino y sus características en las periferias urbanas de Brasil, a partir de un trabajo de campo en la Región Metropolitana de la Gran Vitória (ES). Por lo tanto, este tema es un esfuerzo necesario tanto para analizar como para fortalecer los estudios sobre la geografía de la familia, lo cual es relevante si consideramos la riqueza de enfoques y comprensiones posibles en el Brasil contemporáneo.

Mots-clés / Palabras-clave: Geografía de la Familia; Familia; Mujeres; Liderazgo Femenino.

Introdução¹

Considerando a ciência geográfica e suas categorias de análise (espaço, região, lugar, paisagem, território e corpo²), os estudos que perpassam a relação de gênero são recentes no Brasil. Se colocarmos em intersecção ao estudo da família, a produção no país diminui drasticamente.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho, fruto de um projeto maior de pesquisa sobre mobilidade residencial metropolitana nas famílias brasileiras³, é desbravar análises da realidade das famílias sob a ótica geográfica, das especificidades contidas no país, sobretudo em relação à posição das mulheres no âmbito familiar. O tema tem sido amplamente construído nas ciências sociais e, como principal campo, na demografia. Nosso intuito é analisar o perfil das chefias femininas sob um olhar espacial.

Diferente do que já se sugeriu ao tratar da chefia feminina, sob a perspectiva da feminização da pobreza, há uma heterogeneidade na forma como ocorre esse processo, tão marcado na realidade das famílias brasileiras. Em cada tipo de arranjo em que as mulheres são responsáveis pelo domicílio, as relações identitárias – firmadas pela construção dos papéis de gênero e pelas interações familiares – produzem diversos sentidos de chefia feminina, que se afirmam por meio de representações de gênero socialmente construídas, mas que ao mesmo tempo só podem ser compreendidas nas especificidades do contexto de suas trajetórias de vida.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Haesbaert destaca que a inserção da categoria corpo está ligada a autoras como Linda Macdowell, Alicia Lindón e Gil Valentine, construída nos últimos 25 anos, sendo, portanto, uma categoria ainda recente na geografia (HAESBAERT, 2020, p. 77).

³ Este artigo é resultado parcial do projeto “Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990” (CAPES/SNF).

Para tal, faremos uma breve análise do que é a geografia da família acerca das relações de gênero no mundo, com uma revisão bibliográfica na primeira parte do texto, e em seguida uma análise empírica, com dados e informações obtidas em trabalho de campo entre maio e julho de 2022, na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) no estado do Espírito Santo. As cidades contempladas pela pesquisa são Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana.

Metodologia

Esboçaremos algumas características da chefia feminina a partir de trabalho de campo na RMGV por meio das primeiras análises do banco de dados elaborado pelo projeto, destacando algumas trajetórias de vida captadas pelo contato com as famílias entrevistadas. Os bairros Flexal II (Cariacica), Nova Bethânia (Viana), Jabaeté (Vila Velha) e São Diogo II (Serra) foram as áreas de interesse para a pesquisa devido à expansão urbana recente e indicador de migração intrametropolitana significativo. Encontram-se posicionadas enquanto áreas periféricas da região metropolitana, conforme apontado por levantamento prévio ao trabalho de campo.

A produção de dados primários permitiu conhecer perfis das famílias por meio de variáveis que posicionam o arranjo domiciliar, a condição socioeconômica dos residentes no domicílio e as questões relativas à mobilidade residencial. A amostra utilizada para pensar as tipologias da chefia feminina na RMGV é composta por 43 domicílios. O critério adotado para a seleção levou em consideração os casos em que a pessoa de referência são mulheres responsáveis pelo domicílio. O recorte foi necessário pois as informações e variáveis do questionário são obtidas sobre a pessoa de referência, tornando pos-

sível a correlação com informações que exprimem características da condição de chefia.

A tipificação das chefias segue os relatos e as observações da pesquisa e das entrevistas que realizamos em formato semiestruturado. Os nomes das avós, mães, filhas/filhos e netas/netos foram preservados e trocados por nomes fictícios. Todos os entrevistados aceitaram por livre e espontânea vontade participar da pesquisa e concordaram com a divulgação de seus resultados. Também, a pesquisa está registrada no Comitê de Ética.

Optamos, assim como na esfera do projeto maior – que envolve o estudo da mobilidade residencial das famílias no Brasil – uma abordagem quali-quantitativa, mesclando uma leitura das entrevistas semiestruturadas com dados coletados – na amostra e nos dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) a fim de se obter maior clareza e apreensão da análise do real.

Outro ponto importante se dá quanto à literatura sobre o tema nas ciências sociais em geral que, embora rapidamente citado, não especificaremos por uma escolha metodológica de abordagem geográfica – que como veremos, é pouco explorada.

Família, espaço e gênero: o que a geografia contribui e pode contribuir?

Conforme já explorado por Martins (2022), o estudo da família é consolidado nas ciências sociais - incluindo aí as ciências aplicadas, como economia e demografia. A geografia, embebida por essas influências, têm produzido, ainda que pouco, um arcabouço metodológico do estudo das famílias enquanto categorias de análise, a partir de modelos que cabem a espaços e lugares distintos, isto é,

utiliza metodologias que comportam lugares específicos, compreendidos àqueles que já possuem uma base nos estudos em família, não raramente no chamado “Norte global”.

Fica claro, ao analisarmos a bibliografia, a existência de uma lacuna de reflexões sobre o tema no Brasil (MARTINS, 2022). Ao considerar também as especificidades das famílias brasileiras, a relação família e domicílio nas regiões metropolitanas é nula. No tocante à cidade e às escalas urbanas – a qual comporta o espaço que trataremos aqui – e sua relação entre família e gênero, poucos trabalhos tensionam de fato os processos de pobreza e desigualdade, para então chegar à desigualdade de gênero (ROSSINI, 1988; MOREIRA, 2015).

Nesse trajeto de análise da literatura, fora da realidade brasileira, Lawson (1998), em uma leitura da construção dos domicílios a partir da relação migração e gênero, aponta a necessidade de compreendermos uma gama de fluxos e complexidades que envolvem a relação mulher e família nos contextos latino-americanos.

Pesquisadoras feministas têm enfatizado a importância da dinâmica de poder intradoméstico dos moldes da divisão do trabalho pela atribuição do trabalho doméstico e as responsabilidades do ganho de renda para vários membros do mesmo domicílio (...) Essa divisão do trabalho doméstico é fluida e complexa, emergindo de desigualdades materiais entre membros do mesmo domicílio e da operação das ideologias de gênero socialmente construídas. As posições individuais dentro da divisão doméstica do trabalho são tipicamente atributivas, mas esta atribuição pode variar de acordo com o tipo de domicílio (estendido, nuclear, chefias femininas), estágio no curso de vida familiar, contexto rural ou urbano e contexto cultural (LAWSON, 1998, p. 40, tradução nossa).

Implica, assim, pensarmos que em toda relação familiar existe uma multiplicidade de sujeitos que já se encontram, entre si, em uma relação desigual. Os padrões migratórios, as opções de trabalho, o deslocamento, o autocuidado e o cuidado com filhos (e a própria escolha de ter ou não filhos), é completamente diferente entre homens e mulheres. A vulnerabilidade, portanto, apresenta-se como uma variável extremamente carregada da relação espaço e gênero nas famílias.

Nessa mesma perspectiva, os estudos de Bowlby (1990) e McKie, Bowlby e Gregory (2001) enfatizam as discrepâncias do trabalho pago e não pago, assim como o “*third way*”, ou as inúmeras jornadas enfrentadas no cotidiano das mulheres que afetam diretamente não somente o poder de decisão dentro das famílias, mas também a força e o suporte em acesso a direitos essenciais, cujas classes cada vez mais pobres enfrentam essa relação de maneira ainda mais abissal.

O ato de realizar ou não tarefas específicas pode ainda estar como contínua demonstração, no básico do dia-a-dia, de identidade pessoal de gênero. Para a mulher, é dentro da casa e da família que a realização de tarefas e a identidade de gênero pode estar intimamente entrelaçado. Nós estamos sugerindo em outro lugar que enquanto homens e mulheres talvez ‘façam gênero’, ao mesmo tempo os membros da família estão ‘fazendo a casa’, na realização das atividades que acionam as relações de gênero dentro da casa, e ao redor da família que reforçam não somente os conceitos de gênero, mas também o significado de casa e de lugar dentro destas localidades. Muitas das atividades envolvidas no ‘fazer a casa’ e ‘fazer o gênero’ concernem no cuidado para os outros ou no bem estar físico e emocional de ambos (MCKIE, BOWLBY E GREGORY, 2021, p.236, tradução nossa).

Gil Valentine, no artigo “*The ties that bind: towards geographies of intimacy*”, alerta para a carência de análise na geografia em todas as frentes que envolvam o cotidiano domiciliar das famílias, seus corpos e principalmente a relação entre mulheres e homens com a infância, nos aspectos geracionais e sócio-culturais.

Pouca ou nenhuma consideração tem sido feita por geógrafos para outras formas de relação familiar além da pais/filhos: por exemplo, entre: crianças adultas e pais adultos; os irmãos; netos e avós; e a rede familiar mais ampla de tios/tias, primos e enteados/madrastas e padrastos. Esta relativa ausência é particularmente significativa no contexto do crescimento da fragmentação e reconstituição familiar ou negociação intrafamiliar por múltiplas gerações (VALENTINE, 2008, p. 2101, tradução nossa).

Família, domicílio e cotidiano, que parecem triviais no espaço, se desdobram conforme o arcabouço teórico-metodológico de análise não só geográfica, mas em políticas públicas que contribuem para a qualidade de vida e de dispositivos de acesso à saúde, trabalho, educação, entre outros. É salutar, portanto, “abrirmos espaço” para o espaço das mulheres nas famílias brasileiras.

Ainda conforme Martins (2022), podemos sistematizar os estudos de gênero na geografia da família a partir das seguintes produções:

- 1 - A problemática da migração e das limitações implicadas nas relações de gênero entre grupos familiares;
- 2 - A falta de uma análise de contexto das discrepâncias contidas entre gênero e trabalho (pago e não pago) que implicam diretamente no poder de decisão das mulheres dentro das famílias;
- 3 - A desigualdade salarial e a tomada de responsabilidades entre filhos nas famílias que afetam o cotidiano;

4 - O deslocamento-proximidade entre escolas e creches;

5 - Como a mobilidade de homens é tomada de maneira diferente do que entre mulheres;

Por consequência, se faz salutar políticas de acesso e que corrijam desigualdades intrínsecas às relações entre gêneros reveladas no espaço do cotidiano - no caso as mais conotativas, e no espaço aparente, quanto às relações denotativas.

Um dos aspectos que mais se tensiona é o que chamamos de práticas e discursos da vulnerabilidade entre mulheres e homens na geografia das famílias brasileiras. Como exemplo, temos a relação entre famílias e monoparentalidade no país: as famílias de mães solteiras convivem com avós e netas(os), também chamado de arranjos familiares estendidos. Ainda, conforme Elizabeth Bilac:

Famílias reais não são organismos absolutamente funcionais, formados por papéis de sexo e de geração complementares que se combinam harmonicamente para garantir que o todo (a família) persista. Famílias reais são configurações complexas de relações de gênero e de geração, envolvendo poder, interesses pessoais opostos e também, mas não apenas, grande dose de solidariedade, expressa em obrigações e direitos recíprocos, porém nem sempre simétricos e na mesma quantidade. Alguns membros terão mais direitos e outros mais obrigações, e nesta distribuição está contida uma distribuição de poder. As relações de interdependência entre seus membros conformam, portanto, relações contraditórias com uma imensa carga conflitiva, as quais, ao mesmo tempo em que oferecem proteção e cuidados, são também potencialmente violentas (BILAC, 2003, p. 57).

A vulnerabilidade na cidade em relação às famílias se produz a partir de um referencial teórico dos riscos e vulnerabilidades sociais engendrados por uma série de variáveis, entre eles: capital humano e social, políticas públicas, composição das famílias e

transformação das relações de trabalho. Foi pensado a partir de um modelo que não considera, por exemplo, as especificidades de um país como o Brasil, cujas relações familiares são plurais e a periferização se situa em outras esferas conceituais de variáveis.

A geografia, ao compreender a dimensão socioespacial da chefia feminina e da monoparentalidade tem o potencial de contribuir com a complexificação desse tema, concebendo-o para além do aspecto da provisão financeira, como se consolidou por parte da feminização da pobreza destacada pelos estudos de amplas áreas das ciências sociais. Ainda assim, são ínfimos os estudos que cumprem com esse esforço pelo saber geográfico. A ausência do enfoque na compreensão das famílias das mulheres não é, no entanto, uma casualidade. É fruto de uma tradição que elenca quais aspectos e quais conhecimentos devem ser reproduzidos como conhecimento geográfico.

Ao pesquisar sobre a ausência das perspectivas de gênero na geografia, Silva (2009; 2015) se baseia na concepção de que o discurso científico da geografia brasileira está subordinado a alguns aspectos fundantes. Em primeiro lugar, se promove a partir da base eurocêntrica da constituição do saber. Para Silva (2009; 2015) a ausência ou invisibilidade da perspectiva de gênero na geografia brasileira é fruto de uma forma de conceber e fazer geografia. A autora discorre que ao longo da narrativa historiográfica da ciência geográfica, perpetuada por currículos acadêmicos, foram elencadas figuras masculinas e correntes do pensamento de forma lineares e sequenciais, internalizadas e reproduzidas até o estabelecimento de conceitos, abordagens e formas de interpretar a realidade de maneira hegemônica.

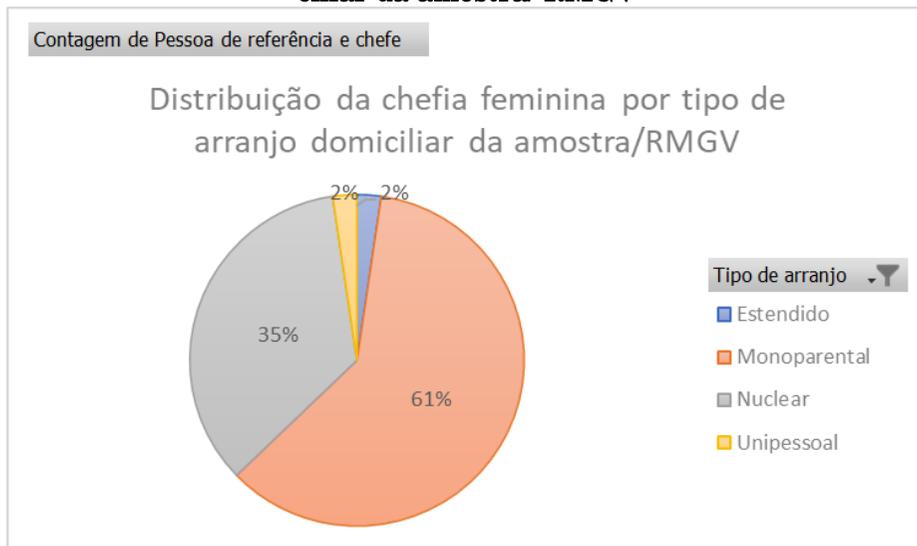
É nesse sentido que se estabelece nosso diálogo: propor um estudo dos arranjos domiciliares das famílias no Brasil no caso das famílias chefiadas por mulheres. Entendendo o fluxo de potenciais em análise, sistematizar as distintas realidades das mulheres nas famílias brasileiras é o pontapé para desdobrarmos o olhar espacial sobre essa realidade.

A família das mulheres: considerações sobre tipologias da chefia feminina na RMGV

A primeira informação levantada pretendeu distribuir a chefia feminina entre os arranjos domiciliares identificados. A categorização do tipo de arranjo elencada é: 1) monoparentais - composto por pai ou mãe e filhos, nesse caso mães; 2) nucleares - composto por um núcleo reprodutivo, ou seja, mãe, pai e filhos; 3) estendidos - composto por mais de um núcleo reprodutivo ou um núcleo reprodutivo e outros parentes e 4) unipessoais - composto por uma pessoa sozinha. Conhecer o tipo de arranjo da chefia feminina importa para saber também os sentidos da chefia e a entrada da mulher nessa condição.

Sabemos que a responsabilidade de uma família monoparental apresenta diferenças importantes da responsabilidade de famílias nucleares. A maior parte das mulheres chefes da amostra são responsáveis por domicílios monoparentais, correspondendo a 60%. Em seguida, o arranjo nuclear mais expressivo entre a chefia feminina é do tipo nuclear (mais de 30%). Isso significa que, mesmo em arranjos familiares compostos por homens e mulheres – pai e mãe – em grande proporção se consideram chefes de família.

Gráfico 1: Distribuição da chefia feminina por tipo de arranjo domiciliar da amostra/ RMGV



Fonte: Elaboração própria/ Banco de dados MigraFamília (2022)

A respeito da homogeneidade que constantemente fica submetida às áreas classificadas como periféricas nas regiões metropolitanas, encontramos significativas diferenças socioespaciais entre as áreas de interesse; entre elas, diferenças relativas aos perfis familiares e domiciliares identificados.

Tabela 1: Distribuição dos arranjos domiciliares chefiados por mulheres por bairros da amostra/RMGV

Bairros da RMGV	Estendido	Monoparental	Nuclear	Unipessoal	Total Geral
Flexal II - Cariacica	0,00%	55,56%	33,33%	11,11%	100,00%
Jabaeté - Vila Velha	6,67%	73,33%	20,00%	0,00%	100,00%
Nova Bethânia - Viana	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%

São Diogo II - Serra	0,00%	55,56%	44,44%	0,00%	100,00%
Total Geral	2,33%	60,47%	34,88%	2,33%	100,00%

Fonte: Elaboração própria/ Banco de dados MigraFamília (2022)

O predomínio do arranjo monoparental de chefia feminina se dá em todas as áreas. No entanto, as maiores disparidades em relação à distribuição dos arranjos de chefia feminina se dão em Flexal II (Cariacica) e Jabaeté (Vila Velha). Entre Nova Bethânia (Viana) e São Diogo II (Serra) há pouca diferença percentual entre a distribuição dos arranjos monoparentais (50% e 55,56%, respectivamente) e nucleares (50% e 44%, respectivamente).

Em Flexal II, há um predomínio do arranjo monoparental em relação aos demais arranjos, concentrando uma diferença percentual de mais de 20% do monoparental em relação ao nuclear. Foi também o único local em que identificamos a presença de um arranjo unipessoal de chefia feminina. Já em Jabaeté (Vila Velha), a concentração do arranjo monoparental chama atenção com uma diferença percentual de mais de 50% em relação ao nuclear, em que 73% do total dos domicílios com chefia feminina da amostra é do tipo monoparental.

Importa destacar que dentre as áreas de interesse do projeto, o bairro Jabaeté se caracteriza por ser uma área de ocupação mais recente. As famílias desse bairro – que fizeram parte da amostra da pesquisa – se caracterizam por apresentarem menores rendimentos e condições de moradia instáveis e mais precárias, assim como trajetórias de vida marcadas por eventos e adversidades que suscitaram mobilidades.

Nesse cenário de relações complexas, sobretudo para responder ao contexto de vulnerabilidades, a compreensão da chefia femi-

nina possui aspectos que escapam à metodologia do questionário semi-estruturado. Somos convidadas a pensar as histórias de vida das mulheres com seus eventos posicionados no tempo e no espaço – frequentemente no cotidiano e no espaço doméstico –, e a formação de uma trajetória de vida que indica eventos de entrada e permanência na posição de chefes de família.

A abordagem da trajetória de vida é, ao mesmo tempo, uma forma de complementar e avançar as análises sobre os sentidos da chefia feminina frequentemente não alcançados pelas pesquisas quantitativas que mensuram a ocorrência desta organização familiar na realidade brasileira. Entre a dicotomia da emancipação-autonomia e vulnerabilização-pobreza são posicionadas as mulheres chefes de famílias. Quando compreendemos o espaço de intersecção entre essas dimensões, inferimos também que na relação entre eventos e práticas, mediadas pela construção de relações socioespaciais, sentidos plurais de chefia emergem do contexto familiar em que ocorrem. Identificamos essa ideia em narrativas informadas durante o trabalho de campo do projeto e apresentadas a seguir.

Foi em Jabaeté que conhecemos Mariana, de 30 anos, que na data da entrevista contou ser moradora de lá há apenas sete meses. Estava morando na casa da mãe Paloma (47) com suas duas filhas Sandra (8) e Margarida (6). Mariana saiu de Resplendor, Minas Gerais, em 2016, após passar por uma situação de violência doméstica, quando ainda estava grávida da filha mais nova. Foi acolhida pela mãe que na época morava em Terra Vermelha, bairro limítrofe de Jabaeté. Com mais gente em casa, o aluguel passou a ser uma despesa complicada para a família, tornando-se um peso no orçamento, o que levou Paloma a participar da ocupação em Jabaeté, conseguindo o imóvel onde vivem atualmente. Mesmo após Mariana ob-

ter o emprego de doméstica (sem vínculo formal), podendo ajudar em casa com o dinheiro que recebe das faxinas, prover a moradia e ser a quem a filha pode recorrer no momento em que precisou colocou Paloma na posição de chefe do domicílio.

De todo modo, o trabalho é uma dimensão importante da vida das mulheres. A análise preliminar do banco de dados mostra que a condição de desemprego se coloca mais frequente para mulheres chefes de famílias nucleares (73%), ao passo em que há o predomínio da participação no mercado de trabalho por mulheres chefes de famílias monoparentais (57%).

Tabela 2: Participação no mercado de trabalho entre as mulheres chefes na amostra/ RMGV

Contagem de pessoa de referência e chefe	Participação no mercado de trabalho		
	Não	Sim	Total Geral
Estendido	100,00%	0,00%	100,00%
Monoparental	42,31%	57,69%	100,00%
Nuclear	73,33%	26,67%	100,00%
Unipessoal	100,00%	0,00%	100,00%
Total Geral	55,81%	44,19%	100,00%

Fonte: Elaboração própria/ Banco de dados MigraFamília (2022).

Essa diferença é importante e com cenários já destacados na chefia feminina: a divisão sexual do trabalho coloca o homem das famílias nucleares como o principal e geralmente o único responsável pela provisão financeira do núcleo familiar. Por vezes, algumas mulheres acabam sendo impedidas de trabalhar; nesses casos, as

mulheres dedicam-se exclusivamente ao cuidado doméstico e por isso encontram-se na condição de responsáveis pela família.

Por outro lado, mesmo que a responsabilidade do cuidado doméstico revele aspectos sintomáticos da desigualdade de gênero socialmente construída, é importante pontuar que as mulheres também ressignificam essa lógica no cotidiano. Construindo o significado da responsabilidade em torno do significado da casa, as mulheres se afirmam diante da família. A casa é um elemento importante para todos os membros e a manutenção desse espaço confere a elas um lugar de autoridade que as posiciona no centro de tomada de decisões para a família (McKIE, BOWLBY E GREGORY, 2001; VALENTINE, 2008).

Vimos isso conhecendo a família de Lorena, no bairro Flexal II, em Cariacica. Lorena reside numa casa dos fundos, que construiu após a mãe ceder um espaço no terreno. Moram juntos ela, o marido e a filha de 15 anos. Quando perguntada sobre a atribuição da responsabilidade do domicílio, ela se colocou nessa posição e justificou como se esperássemos que o marido fosse apontado como responsável - já que ele também trabalha e possui a maior renda da casa. Lorena disse que precisa ser a responsável pelo domicílio (e pela família) primeiro pela habilidade de resolver “problemas” em casa, porque precisa gerir o dinheiro que o marido recebe do trabalho para que ele não gaste em “besteiras”. Somente desse modo eles conseguem dar continuidade aos planos de melhorias na casa - objetivos listados com muito orgulho pela entrevistada. Investir em melhorias na casa se relaciona a longo prazo ao estabelecimento de uma residência fixa no bairro, diminuindo as chances de uma mobilidade residencial enquanto esta for uma vontade comum da família.

Lorena é responsável por um domicílio nuclear. Já no caso das famílias monoparentais, o trabalho tem um significado substancial para a chefia feminina considerando que, por vezes, é somente por meio dele que as mulheres conseguem gerir o cotidiano atendendo às necessidades da família. No entanto, quase 43% das chefes de arranjos monoparentais da amostra encontram-se fora do mercado de trabalho. Em muitos desses casos se estabelece a presença dos chamados “bicos”, trabalhos informais que garantem algum rendimento – ainda que instável – para as mulheres e suas famílias.

Além disso, são elementos importantes nesse contexto a presença de filhos em idade economicamente ativa, que contribuem com as despesas, redes de apoio que ultrapassam a unidade doméstica e, sobretudo, a presença de auxílios e rendas sociais. Sobre esse último recurso, relembremos a família de Mariana, que recebia o Auxílio Brasil e o Benefício Assistencial à Pessoas com Deficiência (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) por um problema de saúde da mãe. Assim como as famílias de Joseane (46) e Zilda (36), moradoras do bairro Nova Bethânia, em Viana. Joseane mora na casa cedida pelo avô há 8 anos, encontra-se desempregada e conta como renda apenas o que consegue vendendo perfumes de maneira informal. A renda fixa de sua família é apenas o auxílio para pessoas com deficiências que recebe pelo filho Samuel, de 11 anos, que tem o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Vive sozinha com o filho desde que o ex-marido abandonou o lar. Assim como Zilda, que após viver somente com o filho e a mãe, teve que largar o emprego para cuidar do filho Lucas de 5 anos, que também tem TEA e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

Até a data da entrevista, Zilda requerera na justiça o auxílio pela condição do filho.

Nas duas trajetórias, apresentar um membro da família na condição formal de portador com deficiência evidenciou ainda mais as problemáticas das significações em torno da paternidade e da maternidade. Em ambos os relatos, a saída dos homens de casa se deu sob a justificativa de não “aguentarem” as demandas e não possuem recursos para os cuidados demandados pelos filhos. Os casos de Zilda e Joseane fazem pensar a importância no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para famílias atenderem a especificidades dos domicílios monoparentais. Sem amparo financeiro, as estratégias de manutenção doméstica perpassam a ajuda de outros membros da família (como Joseane no terreno cedido pelo avô) e de auxílios do governo.

Embora não seja o único fator, o nível de escolaridade das mulheres chefes de família é um indicador importante para compreender o quadro das vulnerabilidades, diretamente relacionado às condições de trabalho que as chefes têm acesso, além de ser um evento significativo na trajetória de vida das mulheres, especialmente das que são mães solo. Analisando a distribuição do nível de escolaridade por arranjos domiciliares da amostra, as chefes de famílias monoparentais apresentam os níveis mais baixos de escolaridade, com mulheres não alfabetizadas e com ensino fundamental incompleto.

**Tabela 3: Nível de escolaridade das mulheres chefes na amostra/
RMGV**

Tipo de arranjo	Ensino Fundamental Completo	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Incompleto	Não alfabetizado	Total Geral
------------------------	------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------	--------------------------------	-------------------------	--------------------

Estendido	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Monoparental	7,69%	50,00%	23,08%	7,69%	11,54%	100,00%
Nuclear	13,33%	20,00%	46,67%	13,33%	6,67%	100,00%
Unipessoal	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Total Geral	11,63%	37,21%	32,56%	9,30%	9,30%	100,00%

Fonte: Elaboração própria/ Banco de dados MigraFamília (2022)

Ainda que o quadro de escolaridade das mulheres que compõem a amostra da RMGV seja relativamente heterogêneo, concentrando com baixa diferença percentual o nível de escolaridade entre o Ensino Fundamental Incompleto (37%) e Ensino Médio Completo (32%), permanece a tendência da baixa escolarização. Nenhuma das mulheres da amostra possui Ensino Superior. A privação dos estudos para cuidar da família é uma característica geral das relações familiares, de forma que conciliar o cuidado da maternidade com a continuidade dos estudos é uma dificuldade encontrada pelas mulheres.

Outro aspecto a ser pontuado sobre o perfil das chefes na RMGV, diz respeito à vida conjugal, que se conformam como eventos importantes na trajetória de vida das mulheres relacionados à mobilidade e à entrada destas na responsabilidade domiciliar.

Tabela 4: Situação conjugal das mulheres chefes por arranjo domiciliar na amostra/RMGV

Tipo de arranjo	Casado(a)/ União Estável	Divorciado(a)/ separado(a)	Solteiro (a)	Viúvo(a)	Total Geral
Estendido	0,00%	2,38%	0,00%	0,00%	2,38%
Monoparental	2,38%	11,90%	38,10%	7,14%	59,52%

Nuclear	33,33%	2,38%	0,00%	0,00%	35,71%
Unipessoal	0,00%	0,00%	2,38%	0,00%	2,38%
Total Geral	35,71%	16,67%	40,48%	7,14%	100,00%

Fonte: Elaboração própria / Banco de dados MigraFamília (2022)

Na amostra, o casamento é predominante entre as chefes de domicílios nucleares, com o percentual de 33,33%. Em relação às chefes monoparentais, há um predomínio das mulheres solteiras (38,10%). Esse dado, junto da presença de mulheres viúvas (7,14%), levanta a importância de pensar na idade como uma variável importante na composição deste perfil.

De modo geral, as famílias monoparentais encontram pontos de convergência na trajetória de vida das mulheres que perpassam aspectos da vida conjugal - embora não se restrinja a ele. A entrada na condição de chefe se dá no momento que passam pela situação do abandono parental, em que a construção feminina do cuidado e da responsabilidade materna, fruto da construção dos papéis de gênero, ficam mais fortes - vimos isso na trajetória de Joseane e Zilda.

Outra trajetória a ser destacada para pensar a vida conjugal e as respostas que as mulheres dão cotidianamente a contextos instáveis, é a de Soraia, de 58 anos, moradora de Nova Bethânia, em Viana. Soraia é mãe de Cláudia, de 35 anos, e avó de Flávia (17), Sofia (5) e Maria (10), com quem vive no domicílio. A renda da casa é composta unicamente pelo Auxílio Brasil, que Soraia recebe, além do meio salário e o Ticket de Alimentação repassado pela filha, Cláudia, que trabalha como camareira.

Em função do casamento, Soraia migrou algumas vezes na tentativa de acompanhar o marido em sucessivas oportunidades de trabalho, marcando residências temporárias nos estados de Minas

Gerais e Bahia, antes de permanecer em Nova Bethânia. Depois que ela se separou e passou a viver sozinha, os filhos e as suas trajetórias estreitaram-se. Soraia passou a morar com o filho mais velho que, tempos depois, construiu a casa atual em que ela reside. A filha Cláudia se separou e passou a viver com a mãe - na data da entrevista, estava construindo uma casa para viver com o parceiro atual, mas continua deixando as filhas sob responsabilidade da mãe no contraturno de creches e escolas.

A trajetória de Soraia tem elementos importantes que se repetem em contextos de vulnerabilidades. É marcada por forte presença da rede doméstica na manutenção do domicílio, representada pela figura dos filhos como suporte (financeiro, mas também emocional) da atual condição da mãe. Quando questionada se pretende se mudar nos próximos anos, a resposta de Soraia chamou a nossa atenção. Mesmo chegando em um estado de dificuldades financeiras promovidas por uma vida de mudanças de curto período, ainda mantém consigo o desejo de viver em outros lugares, sem destino específico, apenas pelo movimento, que aqui sempre significou a perspectiva de “melhorar de vida”. No entanto, sem o casamento, os filhos garantem a ela uma certa estabilidade - inclusive a de moradia - que inviabiliza a perspectiva de novas mudanças em curto prazo.

Famílias, mulheres e geografia na RMGV: algumas considerações

A chefia feminina como uma marca importante e expressiva na dinâmica familiar brasileira tensiona a concepção da família nuclear patriarcal e traz em sua configuração esferas complexas que são do universo da vida das mulheres, compreendidas pela ótica das

desiguais relações de gênero, como o poder de decisão no contexto domiciliar, a desigualdade salarial, as inúmeras jornadas de trabalho, a força da maternidade e a maternagem no estabelecimento dos projetos de vida. Como um arranjo domiciliar que é concebido principalmente sobre o prisma da provisão familiar, o conjunto de aspectos mencionados possuem efeitos diversificados e heterogêneos na multiplicidade de arranjos domiciliares os quais é compreendido.

Importa saber nessa análise preliminar sobre a chefia feminina na RMGV que se trata de um processo marcado por uma heterogeneidade e complexidade que se evidencia quando tentamos compreendê-lo a partir da trajetória de vida das mulheres, onde não se negam as desiguais relações de gênero e afirmam as rupturas que se fazem nas práticas que as mulheres precisam desenvolver para responder a posição que ocupam enquanto responsáveis pelo domicílio e, especificamente, pela família.

Nesse contexto, as mulheres produzem e reproduzem lógicas espaciais que se fazem pelo espaço doméstico e pelas redes domésticas - como uma das entrevistadas, que construiu a sua casa no espaço do terreno cedido pela mãe, para ela e a irmã mais nova viverem. Apesar do não compartilhamento de despesas domésticas, ficou sugerido uma relação cotidiana muito próxima, em que trocas de favores e cuidados aproximam os três domicílios; assim como o caso de Soraia e a necessidade de estar próxima aos filhos, cuidando das netas, fortalece essa perspectiva; também Mariana e o acolhimento da mãe; ou ainda Joseane e o imóvel cedido pelo avô no momento em que o marido abandonou o lar e ela não pode mais arcar com aluguel.

Mulheres que são também esposas, mães, avós, tias e irmãs, nas mais diversas configurações domiciliares, significando a chefia

feminina a partir do provimento econômico – especialmente em casos de ser a única a deter de uma renda mensal –, do gerenciamento da casa – por meio da realização de atividades domésticas – e da dimensão do cuidado – provendo o bem-estar da família, em alguns casos, detendo de todas as responsabilidades e posicionadas como a referência da resolução “dos problemas” do arranjo domiciliar.

São complexos os arranjos e as formas do fazer-viver das mulheres nas famílias entrevistadas, a circulação de definições do que é e de quem é chefe também é fluida, pois duas principais características – e diferenças – das famílias nas periferias brasileiras são a monoparentalidade e o arranjo estendido. Tal qual em alguns relatos aqui, a avó é mãe, que também é chefe ou divide a chefia familiar com as filhas, quiçá netas.

Denota também que não é só o provimento econômico que define a chefia da família. A gestão e o cuidado são definições, e por vezes até tensionamentos, dessas tipologias.

Considerações finais: sobre a “dor e beleza” de ser mulher chefe de família no Brasil

As mulheres e seus papéis enquanto membros familiares apresentam marcas importantes na chefia feminina, principalmente as que dizem respeito à vulnerabilidade e à instabilidade, sobretudo no caso das famílias monoparentais. Esses dois aspectos se fazem por meio de dicotomias que separam o trabalho remunerado e o cuidado doméstico, as desigualdades socioeconômicas e as desigualdades de gênero, o ser mulher e o ser mãe e/ou esposa (ou ainda outras identidades firmadas na relação familiar).

Sem negar as desigualdades e desvantagens em que as mulheres são submetidas nas esferas socioeconômicas, a lente analítica do gênero amplia o processo de consolidação desse quadro e busca compreender como ele opera, para além da reprodução da condição das vulnerabilidades, a possibilidade de rupturas e respostas.

No contexto da multiplicidade das configurações familiares de chefia, a presença da monoparentalidade feminina é apontado como o mais expressivo na composição da realidade da dinâmica familiar no Brasil. Considerando ainda a perspectiva da feminização da pobreza, é principalmente sobre esse arranjo que recai a estigmatização de um imaginário da mulher enquanto sujeito “mais pobre entre os pobres” (MACEDO, 2008), uma vez que estas precisam alocar recursos no projeto de criação dos filhos sem a presença do cônjuge.

Interessa estreitar as fronteiras dessas dicotomias, sabendo que elas existem numa configuração espaço-temporal de relações complexas e fluidas. Pouco se dedicou, ainda, em saber as estratégias adotadas por essas mulheres para ultrapassar essas fronteiras, como possuem especificidades familiares que mostram que há uma heterogeneidade. Menos ainda se dedicou a compreender isto na geografia e sob a ótica espacial.

A tradição de um conhecimento geográfico calcado na universalidade e na objetividade é marcado também pelo apagamento de um interesse pelas experiências espaciais vividas pelas mulheres. A adoção da categoria de gênero sobre o espacial lança luz ao entendimento de que a reprodução da vida cotidiana das mulheres, firmada também pela reprodução de papéis sociais e dentro do contexto familiar, marca a formação de espacialidades características que não se mantém apenas na dimensão material, mas que também se faz

por meio de práticas e seus significados cotidianos. Aqui, um conjunto de categorias teóricas e analíticas ajudam a sistematizar esse pensamento: corpo, gênero, cotidiano e trajetórias. Por meio delas interessa saber como ocorrem os eventos que posicionam as mulheres enquanto lideranças coletivas, a formação de relações socioespaciais imprescindíveis (como as redes domésticas) e sob quais elementos as mulheres significam suas identidades como chefes de família.

Referências Bibliográficas

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social & Sociedade**, p. 576-590, 2010.

BILAC, Elizabeth D. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2003.

BONNEY, Norman; MCCLEERY, Alison; FORSTER, Emma. Migration, marriage and the life course: commitment and residential mobility. **Migration and Gender in the Developed World**. London: Routledge, p. 112-121, 1999.

BOWLBY, Sophie. Women, Work and the Family: Control and Constraints. In: **Geography**. UK : Vol. 75, No. 1. pp. 17-26, 1990.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **Revista GEOgraphia**.N. 22, V. 48. Niterói, p. 75-91, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LAWSON, Victoria A. Hierarchical households and gendered migration in Latin America: feminist extensions to migration re-

search. **Progress in Human Geography**. N. 22, V. 1. Manchester, p. 39-53, 1998.

MACEDO, Márcia dos Santos. **Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero**: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. 2008.

MARTINS, Isis do Mar Marques. Geografia da família, aspectos teóricos e abordagens qualitativas: uma introdução. **Geografares**, [S. l.], v. 1, n. 34, p. 94–111, 2022.

McKIE, Linda; BOWLBY, Sophia; GREGORY, Susan. Gender, Caring and Employment in Britain. **Journal of Social Policy**. N. 30: Cambridge, p. 233-258, 2001.

MOREIRA, Marianna Fernandes. Mulheres sem-teto e a geografia da família: relações interdomésticas, gênero e reciprocidade. **Espaço e Cultura**, n. 38, p. 85-122, 2015.

ROSSINI, Rosa Estér. Geografia e gênero: a mulher na lavoura canieira paulista. **Tese de Livre Docência** apresentada na FFLCH/USP, 1988.

SILVA, Joseli Maria. Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: **Todapalavra**, 2009.

SILVA, J. M., César, T. R. A. O. & Pinto, V. A. M. Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da ANPEGE**, 11(15), 2015, p.185-200.

VALENTINE, G. The ties that bind: towards geography of intimacy. **Geography compass**. Vol 2 (6): Leeds, p. 2097-2110, 2008.

Submetido em: 03 de março de 2023.

Devolvido para revisão em: 17 de março de 2023.

Aprovado em: 14 de abril de 2023.

MARQUES MARTINS, I. do M.; ANTUNES DE ASSIS, K. A GEOGRAFIA DAS MULHERES NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS PERIFÉRICAS : GÊNERO E POLÍTICA NO ESPAÇO FAMILIAR. **Terra Livre**, [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2914>. Acesso em: 22/04/2023.



TERRA LIVRE
